

Universidade Eduardo Mondlane

Unidade de Formação e Investigação em Ciências Sociais

Licenciatura em Administração Pública

O Candidato: Victor Velho

O Processo de Descentralização em Moçambique:

Relação entre o Município e a Comunidade Local; um Estudo de caso do Município de Nampula e a Gestão do Lixo.

Trabalho apresentado em cumprimento dos requisitos exigidos para a obtenção do Grau de Licenciatura em Administração Pública pela Universidade Eduardo Mondlane

Supervisor :

Dr. João C. G. Pereira

Maputo, Junho de 2002

U.E.M. - UFICS	
R. E.	4606
DATA	20 / 07 / 05
AQUISIÇÃO	oferta
COTA	AT - 41

DECLARAÇÃO

Declaro que este trabalho de fim de curso nunca foi apresentado na sua essência para a obtenção de qualquer grau, e que constitui resultado da minha investigação pessoal, estando indicado no texto e na bibliografia as fontes que utilizei.

Agradecimentos

Ao professor João Pereira, pela supervisão e apoio que prestou para a realização deste trabalho.

Aos coordenadores Prof. Weimer, dr. Chiboleca;

À Cooperação Suíça pelo apoio financeiro que prestou para a realização do trabalho de campo, sem o qual não seria possível o presente trabalho;

Ao Município de Nampula e em particular as vereadoras Felizarda e Julia;

Aos grandes amigos Canhanga, Amílcar, Belmiro, ao Grupo 5 e demais;

Ao colectivo do GON

À minha família e esposa;

Um muito obrigado.

ABREVIATURAS

- MCN – Município Cidade de Nampula
PAM – Presidente da Assembleia Municipal
CT – Comissão de Trabalho
CM – Conselho Municipal
PMN – Presidente do Município de Nampula
PDM – Plano de Desenvolvimento Municipal
AM – Assembleia Municipal
ONG's – Organizações Não Governamentais
BR – Boletim da Republica
BM - Banco Mundial
FMI – Fundo Monetário Internacional
PRE – Programa de Reestruturação Económica
PROL – Programa dos Órgãos Locais
MAE – Ministério da Administração Estatal
STAE – Secretariado Técnico da Administração Estatal

Resumo

O presente trabalho tem como principal objecto a análise da participação das comunidades no processo de governação das novas estruturas locais.

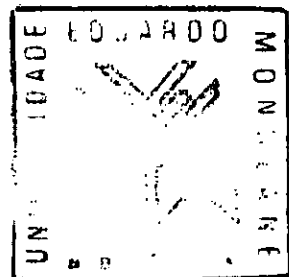
Para o presente trabalho, partimos da Lei 2/97 de 18 de Fevereiro de 1997 – que aprova o quadro jurídico legal para a implementação das autarquias locais, que cria condições para as comunidades participarem da governação.

As hipóteses deste trabalho foram:

- O processo de Descentralização não tem criado mecanismos que aumentem o grau de participação dos cidadãos no processo de tomada de decisões;
- As comunidades locais não tem noções das vantagens do processo de descentralização;

Como metodologia para a realização do presente trabalho, usamos a pesquisa bibliográfica e o trabalho de campo para a recolha de informação, usando entrevistas semi-estruturadas e observação participante e o grupo alvo foi: os membros dos órgãos municipais, líderes comunitários e a comunidade local.

Como resultado da pesquisa, podemos constatar que o processo de descentralização cria mecanismos para a participação comunitária, mas a comunidade, não possui conhecimento suficiente deste processo o que a leva a não participar activamente no processo de governação, implicando um fraco relacionamento entre o município e a comunidade local.



ÍNDICE

1 INTRODUÇÃO.....	3
2 CONTEXTUALIZAÇÃO.....	5
3 O ESTUDO.....	10
3.1. OBJECTO DA INVESTIGAÇÃO:.....	10
3.2. OBJECTIVOS DA INVESTIGAÇÃO:.....	10
<i>Geral:</i>	10
<i>Específicos:</i>	10
3.3. QUESTÃO DE PARTIDA/PROBLEMÁTICA.....	10
3.4 HIPÓTESES.....	10
4 QUADRO TEÓRICO CONCEPTUAL.....	12
4.1 QUADRO CONCEPTUAL.....	12
4.2 QUADRO TEÓRICO.....	14
4.3 IMPORTÂNCIA DO ESTUDO.....	18
5 METODOLOGIA.....	19
6 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS.....	20
6.1 CARACTERÍSTICAS DO MUNICÍPIO DE NAMPULA.....	20
6.2 ELEIÇÕES NO MUNICÍPIO DE NAMPULA.....	22
6.3 ESTRUTURA INTERNA DO MUNICÍPIO.....	22
6.4 MECANISMOS DE AUSCULTAÇÕES AS COMUNIDADES.....	24
6.5 AUTORIDADES COMUNITÁRIAS.....	30
6.6 COMUNIDADE EM GERAL.....	32
6.7 ÓRGÃOS MUNICIPAIS.....	36
7. A GESTÃO DE RESÍDUOS – O LIXO.....	40
8 CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES.....	44
8.1 CONCLUSÕES GERAIS.....	44
8.2 CONCLUSÕES ESPECÍFICAS.....	44
8.3 RECOMENDAÇÕES.....	45
9 BIBLIOGRAFIA.....	47
ANEXOS.....	50

1 INTRODUÇÃO

Desde os primórdios da Independência Nacional, Moçambique passou de um período colonial para um período conflituoso de transição, de partido único, para um regime multipartidário em 1990, que culminou com a Assinatura do acordo de Paz em 4 de Outubro de 1992, entre o Governo da Frelimo e a Renamo.

Em 1994, dão-se as primeiras eleições multipartidárias, pondo fim ao longo período de conflito civil, caracterizado por uma participação massiva e política, cujo o vencedor foi a Frelimo, com cento e vinte nove dos duzentos e cinquenta acentos parlamentares e o seu Presidente Joaquim Chissano.

Em 1998, no quadro das reformas dos órgãos locais, ocorrem as primeiras eleições autárquicas em Moçambique, em trinta e três cidades e vilas, como indicação de que os partidos políticos não mais constituem o único método de organização ou de expressão política em Moçambique, e como corolário das reformas de descentralização da administração pública, levadas a cabo pelo Ministério da Administração Estatal (MAE)¹.

A Lei 3/94 de 13 de Setembro criou o quadro institucional dos distritos municipais, bases legal para o processo de descentralização, em 1996 é aprovada a Lei 2/96 de 22 de Novembro, que introduz o Poder Local e em 1997 é Aprovada a Lei 2/97, onde é apresentado o quadro jurídico para a implementação das autarquias locais². Estavam criadas as bases para a implantação do Poder Local, que passou necessariamente pela realização das primeiras eleições autárquicas, caracterizadas pelo elevado nível de abstenção, que rondou os 85,42 %.

O presente trabalho foi concebido como instrumento de avaliação para a obtenção do grau de licenciatura em Administração pública, ministrado na Universidade Eduardo Mondlane (UEM) pela Unidade de Formação e Investigação em Ciências Sociais

¹ Weimer & Fándrych, 1999:169.

(UFICS), a qual prevê no seu currículo, realização de um trabalho de investigação aplicada com vista a consolidação dos ensinamentos apreendidos ao longo do curso.

A presente pesquisa foi realizada no Município Cidade de Nampula e esta estruturado da seguinte forma:

Na primeira parte do trabalho apresentamos a introdução do trabalho, onde apresentamos o corpo do trabalho. Na segunda parte a Contextualização, onde abordamos os pressupostos e os momentos económicos e políticos que o país viveu e a emenda constitucional, base jurídica para a emergência das autarquias. Na terceira parte, apresentamos o objecto da investigação, a questão de partida e as hipóteses. Na quarta parte apresentamos as teorias e conceitos. Na quinta parte a metodologia e na sexta analisamos e interpretamos os resultados, passando pelo teste das hipóteses e finalmente conclusões.

² Boletim da Republica., 18 de Fevereiro de 1997, 2º Suplemento, I Série – nº 7

2 CONTEXTUALIZAÇÃO

Moçambique herdou do passado colonial uma estrutura de administração baseada no princípio da centralização, onde o poder de decisão administrativa estava reservada aos órgãos superiores da administração colonial. A administração municipal portuguesa nas colónias consistia em Câmaras Municipais e Juntas Locais constituídas essencialmente por residentes europeus das zonas urbanas enquanto que as zonas suburbanas, reservadas aos locais, eram dirigidas por administradores nomeados que exerciam a sua acção segundo o modelo das administrações civis das zonas rurais³

A própria estrutura colonial, na qual Moçambique era considerada como Província Ultramarina de Portugal, não permitiu que as denominadas estruturas municipais existentes tivessem poder descentralizado, sendo antes vistas como extensão do poder central do império português.

O papel e função das autoridades tradicionais variaram consideravelmente de acordo com a realidade política e social de Moçambique, durante o período colonial. Os funcionários portugueses aproveitaram a organização social das comunidades africanas de forma a manter o seu controle, criando o posto de "régulo" e concedendo-lhe a liderança ou poder sobre as comunidades nativas num determinado limite territorial. As estruturas tradicionais serviram de meio para o prolongamento do poder colonial nas comunidades rurais e de mecanismo de controle das actividades dos "nativos".

Após a Independência, face à necessidade de estender rapidamente a presença à totalidade do território, o governo da Frelimo procurou reestruturar o aparelho administrativo local. Assistiu-se, a formação, reconhecimento e legitimidade dos grupos dinamizadores que ocorreu durante o período de transição para a Independência Nacional⁴, durante este período a Frelimo introduziu os secretários dos bairros e outras

³ PNUD, 1998.

⁴ Chichava, 1999:33.

estruturas da sua confiança política ignorando a legitimidade que muitos líderes tradicionais gozavam em muitas comunidades⁵.

Esta estratégia adoptada pela Frelimo, aquando da realização do seu IIIº Congresso visava dar um maior dinamismo às instituições do Estado com vista a responder as necessidades do processo transitório, visto que grande parte dos funcionários do Estado abandonaram o país logo após a Independência.

A acção dos grupos dinamizadores em todo o país foi tão importante e notório que o IVº Congresso do Partido Frelimo, realizado em Abril de 1983, exaltou o papel valioso desempenhado pelos grupos dinamizadores e instruiu o Estado a apoiar as iniciativas e realizações das comunidades, destacando os métodos de envolvimento e participação popular através dos grupos dinamizadores⁶.

Mas a complexidade do modelo, a dificuldade da sua interpretação pelos protagonistas, a dinâmica das estruturas do poder, tornavam o estado sobre dimensionado a nível central e muito fraco a nível provincial e distrital. A nível local, a sua autonomia política era reduzida, como eram reduzidas as competências e quase inexistente os meios financeiros próprios⁷.

Em meados dos anos 80, Moçambique aderiu ao Fundo Monetário Internacional, ao Banco Mundial e introduziu o Programa de Reabilitação Económica. Com estas reformas, o país liberalizou a sua economia dando assim os primeiros passos para uma economia de mercado.

Em 1990 o Governo Moçambicano iniciou um processo de revisão da Constituição, permitindo assim a emergência do sistema multipartidário e a consagração da descentralização através do poder local, baseada na Lei 3/94, isto no âmbito do

⁵ Soire, 1999; Baptista, 1995.

⁶ Chichava Op.cit.; 1999:40.

⁷ MAE;1998:3

Programa de Reformas dos Órgãos Locais, que criava o quadro legal e institucional de reformas dos órgãos locais.

O processo de reforma da administração moçambicana, assenta na racionalização da gestão de recursos humanos, harmonização dos procedimentos administrativos, reforma institucional e assistência aos órgãos locais, e o processo da descentralização enquadra-se nesse esforço de reforma.

Para Weimar a característica de qualquer reforma do sistema político administrativa numa democracia de estado de direito é a reestruturação/redefinição dos relacionamentos inter-institucional em prol de uma governação mais eficiente e eficaz, mais democrática e participativa, assim mais legítima⁸.

A política de descentralização está sendo levada a cabo pelo Ministério da Administração Estatal, mais especificamente pela Direcção Nacional do Poder Local, administrando os programas das reformas em parceria com o Ministério do Plano e Finanças pela Direcção Nacional do Plano e Orçamento envolvido, nas práticas orçamentais e outras instituições como a Cooperação Suíça, Cooperação Portuguesa, Embaixada da Finlândia, etc.

Com a emenda constitucional de 1996 é adoptado em 1998, o pacote autárquico, através do qual foram constituídos 33 municípios⁹. Esta emenda constitucional permite uma maior participação dos cidadãos no processo de tomada de decisões e na resolução dos seus problemas diminuindo assim a dependência em relação ao Estado, visto como provedor de todos os serviços e responsabilidades de todos os bens e males¹⁰.

⁸ Weimer, 2000:3.

⁹ Artigo 189 da Constituição da República, determina que o Poder Local compreende a existência de autarquias locais; que poderão designar-se de município ou povoação.

¹⁰ Monteiro; 2000:29.

Na base da emenda constitucional, é instituído o sistema de autarquias locais com as seguintes características:

- * A ^{proteção}persecução dos interesses económicos, sociais e culturais, comuns ou específicos das respectivas comunidades locais, em conformidade com a constituição e demais leis e no respeito pelo princípio de unidade do Estado;
- * As autarquias são dotadas de autonomia administrativa, financeira e patrimonial em relação a outras autarquias e ao Estado;
- * As autarquias são compostas por três órgãos designadamente: o Presidente do Conselho Municipal, a Assembleia Municipal e o Conselho Municipal;
- * As autarquias locais estão sujeitas a tutela administrativa do Estado, através dos Ministérios de Administração Estatal e Plano e Finanças.

O ponto crucial da implementação da descentralização; ocorre em 1998 com a realização das primeiras eleições autárquicas em trinta e três cidade e vilas, esperava-se que as eleições dos governos locais demonstrariam a habilidade dos partidos da oposição em oferecer candidatos qualificados e capazes para os diferentes postos, pondo de lado os tradicionalmente créditos vencedores da Frelimo, e assim estabelecer órgãos alternativos de governação local. Esperava-se também que as eleições demonstrariam a vontade do partido governante em partilhar o poder à nível local. Contudo, os principais partidos na oposição, optaram por um boicote, alegaram o partidarismo dos agentes eleitorais e reservas de recursos para as eleições de 1999¹¹. Apenas 14,58 % dos eleitores decidiu votar, como corolário, emergiram movimentos de protesto face aos resultados, levantando o problema da legitimidade dos órgãos eleitos.

Estas eleições, são o corolário de vários estudos feitos do Ministério da Administração Estatal, sobre a situação administração do país desde a década 80 e constatou-se que existe:

- Um sistema administrativo altamente centralizado;
- Uma centralização administrativa herdada da administração colonial;

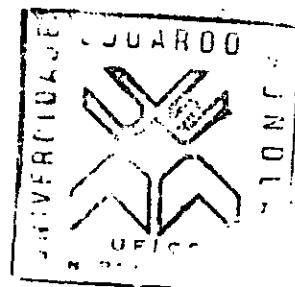
¹¹ Para uma análise estimulante sobre o processo das primeiras eleições municipais, ver Serra, 1999; Weimer, 1999, Ivála, 1999.

- Condições sócio-económicas e políticas internas, as condições regionais e internacionais.¹²

Passados três anos, importa procurar avaliar o grau de implementação da descentralização, analisando o relacionamento entre as estruturas municipais e os actores locais na gestão municipal do lixo.

O modelo de administração adoptado em 1975 favorecia um Estado centralizador, com o processo de descentralização procura-se um novo relacionamento entre os vários níveis do Governo, estruturas do poder local e um maior envolvimento das comunidades no processo de auscultação e tomada das decisões. É a análise deste processo que pretendemos realizar.

¹² Para maior aprofundamento Vide Guambe e Weimar in Serra; 2000.



3 O ESTUDO

3.1. Objecto da Investigação:

O objecto de estudo desta pesquisa é avaliar o grau de participação das comunidades locais no processo de tomada de decisões, tendo em conta que o desenvolvimento local só é sustentável com a intervenção dos beneficiários nesse processo. Focalizaremos a problemática da gestão do lixo no Município de Nampula.

Portanto, o trabalho foi delimitado a um campo geográfico determinado que, segundo Quivy e Campenhoudt, deverão estar definidos, para melhor formular o problema da pesquisa, seus enfoques problemáticos para o tratamento analítico da informação¹³.

3.2. Objectivos da Investigação:

Geral:

Procuramos estudar o relacionamento entre o Poder Local e os vários actores sociais no contexto da descentralização administrativa em Moçambique, analisando-o com base na situação registada no município de Nampula.

Específicos:

- Identificação dos mecanismos de participação estabelecidos pelo processo de descentralização ao nível dos actores sociais segundo a prática local na gestão do lixo;
- Avaliação do grau de participação dos actores no processo de tomada das decisões;
- Identificação dos pontos fortes e fracos (sucessos e fracassos) da participação comunitária;
- Identificação dos níveis de participação das comunidades neste processo;
- Observação do relacionamento entre o Poder local e os Actores Locais;

3.3. Questão de Partida/Problemática

¹³ Quivy e Camenhoudt. 1992:249-261

A emenda Constitucional 9/96 de 22 de Novembro de 1996 que institui o Poder Local tem como objectivo promover a participação dos cidadãos na resolução dos seus problemas, e bem assim servir de força motriz do desenvolvimento local, do aprofundamento e consolidação da democracia e do Estado.

A emenda constitucional de 1996 (lei 9/96), privilegia um novo relacionamento entre as estruturas do poder local e as comunidades locais, não obstante, este relacionamento é caracterizado pela fraca representação das comunidades locais no processo de decisão, levando a que elas participem pouco da vida quotidiana do município, embora, a descentralização privilegie a participação das comunidades na definição das suas necessidades. Partindo desta realidade e como questão de partida, procuraremos, ao abrigo da lei 9/96¹⁴, analisar até que ponto a descentralização está a desenvolver mecanismos que garantam o envolvimento comunitário no processo de tomada de decisões na gestão do lixo.

3.4 Hipóteses

- O processo de Descentralização não tem criado mecanismos que aumentem o grau de participação dos cidadãos no processo de tomada de decisões;
- As comunidades locais não tem noções das vantagens do processo de descentralização;

¹⁴ O poder local tem como objectivos organizar a participação dos cidadão na resolução dos problemas próprios da comunidade, promover o desenvolvimento local, aprofundamento e consolidação da democracia, no quadro da unidade do Estado Moçambicano

4 QUADRO TEÓRICO CONCEPTUAL

4.1 Quadro conceptual

Para o presente estudo importa definir alguns conceitos a serem operacionalizados ao longo do presente trabalho: descentralização, participação, comunidade, participação comunitária e autoridades comunitárias.

Manor¹⁵ e Masalila¹⁶ abordam a problemática da descentralização, focando quatro aspectos fundamentais a ter em conta: desconcentração, delegação, privatização e devolução.

Descentralização – transferência de poder ou autoridade de planificar, tomar decisões e ou gestão das funções públicas do alto nível do Governo para os níveis mais baixos¹⁷.

Massalila citando Rondinelle define *descentralização como sendo a transferência ou delegação da autoridade judicial ou política para efeitos de planeamento, tomada de decisão e gestão de actividades publicas do Governo central a suas agências, a organização no terreno de tais agências, unidades subordinadas do governo, empresas públicas semi-autónomas ou autoridades de desenvolvimento regional, governos autónomos ou organizações não governamentais*¹⁸.

Faria e Chichava diferenciam duas formas de **descentralização**:

descentralização administrativa que implica a transferência do poder de decisão e implementação da administração central para órgãos fora dos órgãos centrais; e **descentralização política ou devolução**, quando está-se a falar da transferência de poderes de decisão e implementação da administração central para os órgãos locais eleitos¹⁹.

¹⁵ Manor; Op. Cit.

¹⁶ Masalila; Op. Cit.

¹⁷ Conyers; 1990.

¹⁸ Massalila; 1996:13.

¹⁹ Faria & Chichava; 1988:5.

Autoridade comunitária – o Decreto nº 15/2000 (BR 1ª Série N24) estabelece que as autoridades comunitárias são pessoas que possuem uma certa autoridade sobre uma determinada comunidade, ou grupo social, que poderão ser chefes tradicionais, religiosos, secretários de bairro, ou ainda autoridades legitimadas pelas próprias comunidades.

Comunidade – Na perspectiva metodológica de Chichava, comunidade seria o conjunto de pessoas que possuem algo de comum que os identifica e os distingue de outras comunidades, uma entidade não passiva, não estática, que se desenvolve ao longo do tempo, muda-se, estabelece relações²⁰.

Na perspectiva de Birrou, **comunidade** seria um conjunto de pessoas que habitam no mesmo lugar e possuem laços que os unem tais como a partilha de sentimentos, espaço físico, sentimento de pertença²¹. Para o presente trabalho teremos como comunidades um conjunto de pessoas habitando num determinado local.

Participação – Segundo Pretty et al, definem sete formas de participação;

- * (i) Participação passiva; (ii) informação; (iii) incentivos materiais; (iv) funcional; (v) interactiva, (vi) auto-mobilização e (vii) consulta²².

Friedman define **participação** como um processo pelo qual se envolve as pessoas em acções sociais, políticas e económicas relevantes, dando a elas o poder de agir como sujeitos activos²³.

Participação comunitária – Para Valá, é um processo segundo o qual os membros de uma determinada comunidade participam de forma activa e organizada na identificação e análise dos seus problemas, buscando em conjunto soluções alternativas dos seus problemas, mobilizam recursos para a realização de intervenções de desenvolvimento²⁴.

²⁰ Chichava; Op.Cit.;1999.

²¹ Birrou;1982.

²² Pretty;1995.

²³ Frideman; 1996.

Para Chichava, é uma forma de acção política que envolve processos sociais com implicações políticas, de modo a incluir grupos excluídos a expressarem não só necessidades como também participarem do processo de tomada de decisões, distingue três formas de participação: Participação como uma contribuição, como forma de organização e como um processo de capacitação para o exercício efectivo do poder (empowerment)²⁵.

Para o presente trabalho usamos a participação nas perspectivas de Friedman, de acordo com o autor, participação é um processo que garante o envolvimento e capacidade de agir das pessoas em acções de desenvolvimento e, num dos três tipos definidos por Chichava²⁶, segundo o qual a participação como um processo de capacitação para o exercício pleno do poder, *empowerment*, visto como um mecanismo de desenvolvimento de conhecimentos, praticas e experiências que habilitam a população comum e de uma forma gradual a fazer ouvir a sua voz no processo de negociação e gerir melhor a sua participação em qualquer sistema de tomada de decisões conducentes ao desenvolvimento.

4.2 Quadro teórico

A questão da descentralização/participação comunitária, tem sido discutida por diversas entidades, instituições, académicos, políticos entre outros, pois que, a descentralização implica a transferência do poder político, fiscal e administrativo a unidades de governos Sub-nacionais²⁷; e, independentemente dos seus vários contornos, implica uma redefinição das relações entre o Estado e as colectividades locais²⁸.

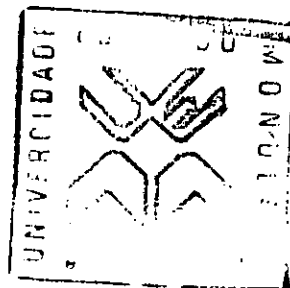
²⁴ Vala;1998:18.

²⁵ Chichava;1999:23.

²⁶ Para mais aprofundamento remetemos à obra de Chichava (1999), onde desenvolve melhor este conceito.

²⁷ Banco Mundial, 1997.

²⁸ Padioleau; 1981.



Para Valk e Wekwete, a participação das comunidades nos órgãos de poder local para os quais foi transferido algum poder, é fundamental, pois é condição para o sucesso de políticas traçadas rumo ao desenvolvimento²⁹.

Segundo a estratégia de descentralização proposta por Makumbe, o governo é entendido como o provedor do desenvolvimento, da democracia, da participação, igualdade, eficiência³⁰. Citando o mesmo autor, podemos encontrar quatro "tipos de descentralização", nomeadamente, (i) desconcentração, (ii) devolução ou descentralização democrática, (iii) delegação e (iv) privatização³¹.

Para o presente trabalho, centraremos na devolução ou descentralização democrática, que de acordo com Cistac citando (Rondinelle 1991 e Parker, 1995) é a transferência de recursos e de poder dos escalões superiores para os inferiores que são muito ou completamente independentes dos escalões superiores do governo e que são democraticamente eleitos³².

Sendo uma abordagem que envolve o binómio descentralização/participação, é fundamental abordarmos a Escola Institucionalista, que prevê a descentralização por parte do governo de parte das suas atribuições para o controlo de outras entidades de escalão inferior ou independentes.

Para a Escola das Relações Humanas, a descentralização contribui significativamente para a elevação da moral dentro das organizações, pois que, dispõem de melhores condições de responder as situações imediatas que possam surgir, sem ter que consultar os superiores hierárquicos.

"A descentralização oferece um sistema aberto, transparente e responsável, que permite a participação das populações num ambiente democrático. Neste sistema,

²⁹ Valk & Wekwete; 1996.

³⁰ Makumbe; 1998.

³¹ Ibid.

³² Cistac; 1996

*reconhece-se o envolvimento da população na tomada de decisões não apenas como essencial para o desenvolvimento, mas também como um direito democrático da população. Conforme foi legitimamente dito, ela é um instrumento para a promoção da eficiência na tomada de decisões, gestão, mobilização e utilização dos recursos humanos*³³

O envolvimento dos cidadãos exige, de certa forma, uma aprendizagem que valorize a coisa pública, o bem estar colectivo pois que, devem ser criadas formas de indução e mecanismos que favorecesse a formação de redes que possibilitem o desenvolvimento comunitário, gerando o círculo virtuoso do processo. Segundo Ferrarezi, o estímulo à participação social e a promoção da organização comunitária é essencial ao desenvolvimento social³⁴.

Para Macuane, existe, entre os defensores da democracia liberal-ocidental, uma visão romântica de que, por este sistema preconizar uma participação substancial da população e ser o mais inclusivo possível, tendera a gozar de maior participação e apoio dos cidadão³⁵. Contudo, para Ferrarezi, é preciso desmistificar a participação em seus sentidos extremos: não é, por si só, a solução dos problemas sociais, mas pode ser vista como um meio para isso e, também, como um fim em si mesma porque agrega valores éticos à democracia e constrói laços de solidariedade³⁶.

Para os "Procedimentalistas", dão ênfase na capacidade de articulação e dinâmica das instituições descentralizadas e o seu relacionamento com as comunidades. Manor afirma que, se faltarem poderes e recursos às autoridades descentralizadas; se as autoridades descentralizadas são "supralocais" no seu carácter e ficarem muitas vezes acima de escalões locais; se as doações do topo mantêm-se fortemente marcadas por formas que são inconsistentes com os desejos locais; se a competição eleitoral em alguns lugares em órgãos descentralizados cria novas divisões nas aldeias e lesa a solidariedade

³³ Masalila, 1996:14-15.

³⁴ Ferrarezi; 1997:20.

³⁵ Macuane; 2000:9.

³⁶ Ferrarezi; Op. Cit.

comunitária; se houver discordância entre a lógica em que as instituições descentralizadas operam a, lógica das suas comunidades; a insistência a favor da necessidade de um conteúdo democrático e as promessas da descentralização podem estar comprometidas³⁷.

Vários autores tem defendido que o processo de descentralização aumentara o nível de participação das comunidades no processo de tomada das decisões; o modelo de descentralização em Moçambique não só é capaz de corresponder melhor as necessidades técnicas, administrativas e financeiras de governos locais mais eficientes e orientados para a prestação de serviços ao cidadão, como também, aos princípios da pluralidade política, à participação das forças vivas ao nível local e à legitimação dos órgãos municipais³⁸.

De acordo com o Plano de Desenvolvimento Municipal, a natureza e processo de formação do actual Conselho Municipal, implicam uma atenção especial a um dos principais actores que são os munícipes, como mandatários do eleitorado.

Segundo Touraine a manifestação de cidadania, manifesta-se através dos deveres direitos de participação activa, nos assuntos e esquemas da vida pública da qual estão inscritos³⁹

Para Cristenson et al citado por Ismael et al, apresenta a teoria democrática participativa, defendendo que se deve olhar para os cidadãos motivados politicamente para participarem na vida política;

- Os cidadãos deverão ter acesso a informação suficiente, como maneira de participar no processo de tomada de decisões;
- O governo deve ser acessível a todos os cidadãos⁴⁰.

Esta teoria, olha para o cidadão como um actor politicamente activo, capaz de agir e participar do processo de auscultação e tomada de decisões, capaz de contribuir para a resolução de conflitos de interesses. Para Serra, existe interesse e vontade das

³⁷ Manor, 1988:13.

³⁸ Para maior aprofundamento vide Guambe & Weimer in Serra 1999:27

³⁹ Touraine. 1994: 95-96

⁴⁰ Ismael et al; 1997.

populações em acolher positivamente a ideia de descentralização democrática, ou seja, da municipalização; que está a ser vista como podendo abrir oportunidades para uma melhor participação nos assuntos sócio-políticos e sócio-económicos ao nível local⁴¹.

4.3 Importância do Estudo

O Estado moçambicano vem introduzindo uma série de reformas da administração pública. Este processo de reforma busca adequar o seu perfil e capacidade ao surgimento de um novo Estado descentralizado e dar resposta às grandes tendências mundiais: a globalização, a economia de mercado e a participação comunitária no desenvolvimento. Optou-se por realizar o presente trabalho de investigação no Município de Nampula, por várias razões:

- primeiro tem a ver com o facto de o próprio tema ser um assunto corrente e despertar interesse na área de administração pública, pois a descentralização é um processo cuja implementação é recente; segundo, por ser uma reforma que implica a possibilidade da participação directa do cidadão na tomada de decisões político administrativas e por prever a transferência de poder para os órgãos de Poder Local.

Guambe & Weimar problematizam a questão da existência de mecanismos e de pessoas ou entidades religiosas e líderes tradicionais com influência a nível local, capazes de envolver as comunidades nas actividades dos municípios⁴².

Duma forma simplificada, a descentralização implica que as sociedades passem a ter uma competência cada vez maior no que diz respeito à tomada das decisões próprias e acesso a recursos para implementar as suas próprias decisões⁴³. Assim, o presente estudo procurara dar um contributo para o melhor entendimento da participação comunitária no processo de tomada das decisões, privilegiando os procedimentos de gestão e participação.

⁴¹ Serra; 1999:35.

⁴² Manor; Op. Cit.

⁴³ Abrahamsson & Nilson; 1998:324.

5 METODOLOGIA

A recolha dos dados para a realização deste trabalho obedeceu a um conjunto de actividades cuja sequência comportou, primeiro, a pesquisa bibliográfica, seguida da análise da documentação da instituição (MAE) (relatórios anuais, planos de actividades, planos estratégicos da instituição, entre outros).

Por se tratar de um estudo de caso, usamos uma metodologia que privilegiou instrumentos de natureza qualitativa, pois deste modo podemos captar melhor as sensibilidades do processo de descentralização e a análise dos discursos dos actores locais.

Para melhor colher as sensibilidades dos actores locais usamos dois tipos de instrumentos de análises que são: as entrevistas semi-estruturadas e discussão em grupo; para o efeito utilizamos três guiões de entrevista (em anexo), tendo como suporte Quivy e Campenhoudt, que afirmam ser o melhor mecanismo para colher informações de informantes chave.

A população alvo desta pesquisa foi constituída pelos actores do processo de descentralização a nível local (autoridades municipais e comunitárias), comunidades locais e membros de partidos da oposição. Durante o trabalho de campo foi realizado um total de vinte e quatro entrevistas, distribuídas em cinco para os membros do conselho municipal, um fiscal de mercados, nove para as comunidades locais, oito para os representantes da comunidade local, um para representante de partido político da oposição. Para além destas entrevistas foram realizadas discussões em grupos: um com grupos de mulheres e um com os de jovens respectivamente.

O tratamento da informação foi o de análise do conteúdo, que, segundo Blanchet, divide-se em dois grupos: análise por entrevista ou inquérito e análise temática⁴⁴.

⁴⁴ Blanchet. 1992:94

6 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

Neste capítulo vamos apresentar e analisar os resultados da pesquisa, partindo dos dados colhidos no terreno (MCN), começando por caracterizar o próprio município, e a posterior apresentaremos em quatro partes as partes que compõem o grupo alvo, nomeadamente: Órgãos Municipais (Presidente do Município, Presidente da Assembleia Municipal, Vereadores, Fiscais e Membros da Assembleia Municipal), Autoridades comunitárias (Secretários do Bairros, Chefes religiosos, Líderes Tradicionais), Múncipes e Membros de Partidos Políticos. Confrontaremos os dados com o nosso quadro teórico, começaremos com a apresentação das características do município.

6.1 Características do Município de Nampula

A cidade de Nampula, é o Terceiro maior centro urbano do país, e a capital administrativa da província de Nampula e a maior cidade da região Norte de Moçambique. Localiza-se no centro da província, situa-se a cerca de trezentos e cinquenta metros acima do nível médio da águas do mar e a cerca de cento e noventa quilómetros da costa marítima, faz fronteira a sul com a Província da Zambézia, a Norte Cabo Delgado e Niassa⁴⁵.

Nos finais do período colonial, 1974/75, Nampula designava a sede do então distrito de Moçambique, a actual província de Nampula: era também a sede do conselho do mesmo nome, uma unidade territorial que correspondia ao actual distrito de Nampula e a sede da cidade de Nampula. Nampula era por outro lado, o nome de um Regulado.

Nampula ascendeu a cidade em 22 de Agosto de 19956, desde 1934 tinha o estatuto de vila, tendo ela se desenvolvido a partir de uma povoação criada com base num posto militar instalado em 1907 por Neutel de Ábreu, oficial português de ocupação colonial.

⁴⁵ Anexo III

No passado colonial, Nampula era povoado por uma população autóctone, organizada em grupos clánicos, destacando-se os Amilima, chefiado por Mphula, cujo nome foi mais tarde designar a região de Nampula.

De 21 de Julho de 1917 à Julho de 1921 funcionou na povoação de Nampula a sede do comando da Macuana, designação por que era conhecido o interior da actual província de Nampula.

Em 1935 fixou residência na vila de Nampula o primeiro Governador e com ele os principais serviços públicos, desta altura até 1954 a vila desempenhou as funções do então distrito de Niassa, que abrangia as actuais províncias de Nampula, Niassa e Cabo Delgado.

Nos anos 60 e 70 ela conheceu um rápido desenvolvimento, devido a sua transformação em capital militar de Moçambique, no quadro da guerra colonial, o que levou a um desenvolvimento económico acelerando, e com a Independência Nacional, assistiu-se a uma grande explosão populacional, facto que terá contribuído para a actual degradação da cidade.

De acordo com o PDM de Nampula, no período pós-colonial foi abolida a antiga Câmara Municipal, constituindo-se no seu lugar um Conselho Executivo e em 1986, no quadro na nova divisão administrativa, Nampula passou a constituir separadamente uma unidade administrativa do resto do distrito de Nampula, tendo a sede desta sido transferida para Rapale, cerca de vinte quilómetros a ocidente da cidade.

Com o reconhecimento do centralismo excessivo do Estado⁴⁶, introduziram-se as reformas políticas, económicas e sociais como o Programa de reabilitação económica; o Estado moçambicano aprovou em Maio de 1992, o Programa de Reforma dos Órgãos Locais, com o objectivo de reformular o sistema de administração pública, e conseqüente transformação dos órgãos locais em entidades autónomas administrativa e

⁴⁶ No IV congresso da Frelimo conclui-se que o Estado se tinha tornado sobre dimensionado a nível central e muito fraco a nível das províncias e distritos

financeiramente, donde resultou a Lei n 13/94, que criava o quadro legal dos distritos municipais, o qual foi abranger a cidade de Nampula.

Segundo a Folha informativa dos trinta e três município, o MCN possui um universo populacional de 241.000 habitantes, ocupando uma área de quatrocentos e quatro subdivididos em dezoito bairros, de características marcadamente urbanas, com um padrão rico de diversificado, nestes bairros funcionam algumas estruturas.

O MCN esta dividido em seis zonas administrativas, nomeadamente Central, Natiquire, Muatala, Namicopo, Muhala e Napipine. Sendo a cidade de Nampula a capital administrativa da província, estão instalados e a funcionar o Governo Provincial, Assembleia Provincial, as Direcções sectoriais ao nível da cidade, a procuradoria Provincial, tribunal Provincial, Tribunal Militar e o Comando da policia.

Em termos de infra-estruturas económicas e sociais, a cidade apresenta características essencialmente industrias, de comércio e serviços, um sistema de transporte rodoviário e ferroviário significativo, e bastante relevante para a zona Norte do País. Nampula possui um entreposto importante situado no percurso da linha Nacala a Lichinga e a Entre/Lagos, na fronteira com o Malawi. Possui ainda delegações de maior parte dos bancos e companhias de seguros, empresas de comunicações e telecomunicações, um aeroporto, três hospitais provinciais (Central, Militar e Psiquiátrico), três centros de saúde e várias postos de saúde e ainda infra-estruturas turísticas e de trânsito das quais algumas a necessitar de reabilitação.

6.2 Eleições no Município de Nampula

No presente ponto apresentaremos de uma maneira breve o processo eleitoral no município em estudo, começando pelos antecedentes que foram marcados por duas situações, uma de apelo ao voto do Partido Frelimo, o Pademo e candidatos independentes e por outro lado ao boicote dos Partidos Renamo + 15, explicando as razões da não Participação.

Do processo de registo dos candidatos na STAE, foi aprovado o candidato Dionisio Cherewa pela Frelimo e um independente Estevão de Fátima da DEONA.⁴⁷ A campanha eleitoral teve inicio a 15 de Junho de 1998, dominada pelo sim/não ao voto, o candidato da Frelimo fez uma campanha com meio e apelando ao "Futuro Melhor", enquanto que o independente não os possuía, o seu slogan de campanha era "Vota na alegria; Sem emprego não há alegria"⁴⁸.

Deste processo eleitoral, sai como vencedor o candidato Dionisio Cherewa, da Frelimo e para a Assembleia Municipal a Frelimo também venceu, ocupando a totalidade dos acentos.

6.3 Estrutura interna do Município

De modo a tornar mais operacional o relacionamento com a comunidade, o Conselho Municipal apresenta a seguinte organização:

Presidente do Conselho Municipal (PCM) – eleito democraticamente pelos cidadãos residentes na autarquia, com um mandato de cinco anos.

Conselho Municipal (CM) – é o órgão colectivo que tem o poder de executar as decisões e deliberações da Assembleia Municipal, e é composto pelo PCM e por 9 vereadores⁴⁹ escolhidos e nomeados pelo respectivo Presidente, cujo o numero é proporcional ao numero de habitantes da autarquia, com um mandato de cinco anos.

Assembleia Municipal (AM) – com quarenta e um membros, eleitos pelos munícipes e é um órgão deliberativo, cuja direcção esta a cargo de uma mesa composta pelo Presidente e Vice-presidente respectivamente e um secretario, (Lei 2/97)⁵⁰.

A Assembleia Municipal reúne-se regularmente em duas sessões ordinárias e ainda em sessões extraordinárias a pedido do Presidente da Assembleia Municipal, por deliberação da mesa da Assembleia requerido pelo Conselho Municipal, a pedido de 5% de cidadãos que participam activamente nas sessões da Assembleia Municipal, a pedido

⁴⁷ Organização dos Desempregados de Nampula

⁴⁸ Ivalá; 1998:109.

⁴⁹ Vide organigrama do Conselho Municipal (em anexo)

⁵⁰ Sobre este assunto ver Alves & Cossa; 1999.

do presidente do Conselho Municipal, ou ainda em situação que necessitam da aprovação de mais de metade dos membros da Assembleia.

Para o funcionamento da AM, esta organiza-se em comissões de trabalho, que correspondem ao número de áreas de vereação, num total de nove Comissões de Trabalho adiante designados por (CT), de acordo com o número de vereações.

6.4 Mecanismos de Auscultações as comunidades

Estas comissões de trabalho, que são o eixo de ligação com as comunidades, provem reuniões de trabalho com as populações, com o objectivo de auscultar as suas sensibilidades, preocupações e procura de alternativas, segundo o Presidente da Assembleia Municipal, doravante designado (PAM), "estes são os mecanismos mais usados para estabelecer contactos com as populações, não só como também, as CT tem a missão de verificar o grau de cumprimento das deliberações da Assembleia Municipal".

Contudo, ainda funcionam estruturas com carácter político, estamos a falar dos secretários do bairros, chefes dos quarteirões, chefes das dez casas e grupos dinamizadores⁵¹, ligadas ao partido no poder, que tem uma forte implantação a nível das comunidades, e que muitas vezes são chamadas a mobilizar as populações para os encontros populares, comícios, campanhas de limpeza, campanhas de educação cívica sobre a prevenção de doenças, a mobilização das pessoas a votar, segundo Chichava, os grupos dinamizadores teve o seu auge com a mobilização da população para votar na Frelimo para a direcção do país nesta nova fase de democracia pluralista⁵².

O PAM quando deseja fazer visitas de auscultação aos bairros, procuram contactar estas estruturas acima citadas, pois são um meio facilitador dos encontros, porém, foi possível constatar que as comunidades não comparecem aos encontros, mesmo depois de informadas, porque, para alguns munícipes estão cansados de promessas de resolução

⁵¹ Para uma análise crítica deste processo ver De Brito, 1995.

de problemas identificados, caso por exemplo de um munícipe que afirmou “ ... o problema do monte cherewa⁵³ foi discutido varias vezes, prometeram resolver a situação do lixo, mas nada foi feito, passaram meses e meses sem solução, um dia veio o tractor tirou todo o lixo e nunca mais apareceram por cá, nós aqui do mercado já estamos cansados, pagámos a taxa do lixo mas o lixo esta á aumentar, ate é melhor nós deixar-mos de pagar, porque assim só estão a levar o nosso dinheiro e não arranjam solução”.⁵⁴

Para Canas, principio os agentes que levam a cabo a gestão das responsabilidades municipais na pratica ainda não escaparam a uma lógica centralista de provisão de serviços públicos, quer pelos seus procedimentos, quer pelos modelos de concepção do cidadão como utenté dos serviços⁵⁵.

Para outros munícipes, o problema esta na credibilidade das pessoas que estão na frente, pois segundo eles “estamos a viver em democracia e, cada um faz o que quer, os fiscais chegam aqui fazem e desfazem, vem a policia camarária também, por isso podemos receber o convite para participar em reuniões, mas como não nos identificamos com o problema, não aderimos as reuniões, só em casos que são problemas nossos organizadamente pedimos a presença de um membro do CM, a uma maior afluência, pois são casos que nos interessam”⁵⁶.

(...), as pessoas são convidadas a participar nos encontros, mas esta zona é dominada por membros do partido Renamo e não reconhecem o trabalho que nos fazemos com vista a melhor por exemplo o problema do lixo, o problema de segurança no bairro⁵⁷.

“Quem deve resolver este problema é quem esta no poder, pois tem poder e força, nós as populações não temos nada para dar, há uma falta de credibilidade para com as estruturas implantadas”⁵⁸.

⁵² Chichava; Op.cit.1999:47.

⁵³ Nome dado ao amontoado de lixo que se encontrava no mercado de da cavalaria/Namicopo.

⁵⁴ Alima, U. - Vendedora de mercado.- Entrevista, 05.04.02

⁵⁵ Canas. 1998:45-46.

⁵⁶ Moisés. I., - entrevista, 02.04.02

⁵⁷ Para o chefe de dez casa da camionagem.

Esta ideia é também partilhada por Serra⁵⁹, onde mostra que há uma desilusão com a actuação do governo na realização do prometido Futuro Melhor,(...), com a excepção do bairro de Namicopo, as pessoas colocam a Frelimo em primeiro lugar.

(...), é bastante difícil convidar pessoas às reuniões e comparecerem, as pessoas preferem trabalhar cada um por si, pois há falta de confiança nas estruturas camarárias, porque somos vistos como pessoas que gostamos de cobrar dinheiro e não trazemos soluções para os problemas."⁶⁰

Pode-se constatar o que está a decorrer no MCN, é sustentado por Mota⁶¹. levanta o problema de legitimidade dos órgãos municipais, o que dificilmente poderá influenciar a mobilização das comunidades na discussão e procura de soluções para os problemas do município, pois não sendo órgãos ilegítimos dificilmente poderão mobilizar as populações aos encontros.

*"... o problema que se levanta é que as populações não colaboram, não participam dos encontros e só levantam dificuldades, reclamações constantes, mas as soluções estas sempre devem vir do Conselho Municipal ..."*⁶²

A que constatar que, mesmo instituídos alguns mecanismos de participação, verifica-se que existe um grande *déficit* de participação, há um grande distanciamento entre as comunidades e as autoridades camarárias e mesmos em relação as estruturas dos bairros e as comunidades.

Os munícipes com filiação partidária diferente da Frelimo, participam pouco das actividades do município, pois não reconhecem os órgãos eleitos democraticamente, e raras vezes comparecem as assembleias.

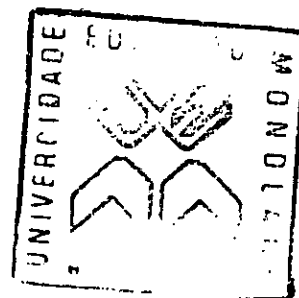
⁵⁸ Omar, j. – Entrevista, 09.04.02

⁵⁹ Serra;Op.Cit.

⁶⁰ Entrevista com fiscal do mercado da faina – 10.04.02

⁶¹ Motta;1993.

⁶² Entrevista com o fiscal do mercado da faina – 10.04.02



*"(...) os partidos políticos participam das sessões da assembleia, quando o assunto é do seu interesse, caso não, mostram um distanciamento e falta de interesse para com o resto dos problemas ..."*⁶³

Quanto aos mecanismos de participação das comunidades na AM, antes de começar uma sessão, são noticiados nos órgãos locais de comunicação social, de onde é apresentado os pontos a serem tratados, são convocados os líderes religiosos, secretários dos bairros, partidos políticos, ONG's e outras entidades, e as sessões são abertas ao público.

Estes têm o direito à palavra em caso de necessitar um esclarecimento, e as suas preocupações são anotadas, no caso de ser assuntos não complexos a resposta é dada, caso não, o CT apropriado dá o esclarecimento a posterior a sessão, contudo, o PAM tem um dia por semana para auscultar as sensibilidades e preocupações das populações.

A pesquisa constatou que não obstante estarem definidos os critérios ou mecanismos de participação, a presença dos munícipes é fraca, a partir do próprio conhecimento do processo de autarcização, pois segundo um munícipe:

*" o meu Presidente é Chissano, votei nele, agora disseram que não, existe outro candidato a Presidente, Cherewa, mas afinal quem é Presidente Cherewa ou Chissano ..."*⁶⁴

Dos entrevistados, 60% demonstraram não ter um conhecimento deste processo, simplesmente a partir de algumas consultas e acções, o exemplo quando foi o caso do mercado de Muatala, que sofreu um incêndio, houve uma intervenção do município, na pessoa do seu Presidente:

⁶³ Cassamo M., - Presidente da Assembleia Municipal de Nampula, Entrevista - 27.03.02

⁶⁴ João P., - Munícipe - Entrevista 30.03.02

*" aqui as pessoas simplesmente praticam as acções, mas o porque dessas acções é desconhecidas pelos vendedores, nos tempos de Conselho Executivo as ordens vinham de cima para baixo, o Presidente do Conselho Executivo nunca passou por aqui, mas hoje, foi criado um espaço de auscultarão dos problemas dos municipes, e este espaço é praticamente desconhecido pelas comunidades ... "*⁶⁵

Desta pesquisa, constatou-se que apesar de estarem criadas teoricamente espaço para a participação das comunidades, contudo elas não colaboram activamente, pode-se constatar que os poucos que comparecem nas sessões só o fazem quando manifestam interesse em relação a agenda da sessão, a um descredito quanto a resolução prática das deliberações da AM.

"...a educação cívica não foi suficiente para dar a conhecer estas transformações que se estão a operar, mas passados três anos, os municipes já começaram a bater a porta, começaram a manifestar preocupação em relação a vida do município, querem entender este fenómeno ... "

Dos depoimento de um membro de um partido da oposição, que revela não participar nas sessões pelo facto de as recomendações não serem tidas em conta disse que:

*" participei em algumas sessões da AM, por acaso houve acesos debates, no final surgiram recomendações, mas que até hoje não vimos estas soluções postas na prática, levantamos o problema da erosão na central⁶⁶, avançamos algumas soluções, o problema dos aterros para o lixo, ate hoje não existe no município, mas foram avançadas soluções para a resolução destes problemas, até hoje não vimos nada "*⁶⁷.

Da pesquisa pode-se constatar que o problema dos mecanismos de participação, tem a ver com o próprio processo, que não obstante cria espaços para a participação popular, muitos obstáculos são levantados, como por exemplo as datas das sessões não são

⁶⁵ Augusto, F., Chefe do grupo de vendedores do mercado de Mutahuanha, Entrevista - 11.04.02

⁶⁶ Zona localizada próximo a central de energia que abastece a cidade de Nampula

⁶⁷ L. Soares., - Líder político de um partido da oposição, entrevista - 12.04.02

amplamente difundidas, a língua das comunicações, falta de incentivos e motivação, promessas feitas ao longo da campanha eleitoral que até hoje não foram cumpridas.

Constatou-se que a educação cívica para este processo foi muito fraca.

6.5 Autoridades comunitárias⁶⁸

Nos últimos anos o governo local tem procurado trabalhar em colaboração com as estruturas locais. No caso do Município de Nampula, constata-se que as estruturas comunitárias são envolvidas na tomada das decisões:

*"(...)actualmente, nós somos chamados a participar deste processo, no tempo de Conselho Executivo, nós não tínhamos espaço, não existia consulta, os chefes davam ordem e nos cumpríamos, com este novo processo, a participação dos líderes comunitários aumentou bastante, por exemplo, quando se discutiu a questão dos bairros em expansão, vimos que haviam sérios problemas e nós participamos na resolução dos mesmos, mobilizamos as populações, contudo existem alguns líderes comunitários que ainda interrogam-se, pois desconhecem à existência de mecanismos de auscultação".*⁶⁹

Para o PMCN citado por Serra⁷⁰, os encontros com os líderes tradicionais e religiosos, frequentes nas campanhas, tinham em vista ganhar a sua confiança face à sua influência junto das comunidades, (...), democratizar o processo de gestão da cidade através da abertura de espaço e de mecanismos de participação dos cidadãos e suas instituições a todos os níveis da vida urbana.

*"As estruturas do bairro tem sido muitas vezes convidadas a participar nas sessões da Assembleia Municipal e do conselho municipal, apresentam as suas opiniões, levantam problemas, soluções, participamos da implementação das deliberações, algumas vezes as convocatórias chegam muito tarde e nos não conseguimos preparar assuntos para colocar".*⁷¹

⁶⁸ O conceito de Autoridade esta sempre associado ao poder, segundo Weber, citando Balandier (1987) é a possibilidade dada a um actor no seio de uma relação social determinada, de estar em condições de a dirigir à sua vontade e para a presente pesquisa, o grupo alvo foram: secretários dos bairro e adjuntos, líderes religiosos, chefe de dez casas.

⁶⁹ Ibraimo I., Líder religioso – Entrevista 09.04.02

⁷⁰ Serra; 1999:320.

⁷¹ Secretario do bairro de Napipine – entrevista – 06.04.02

"(...) aqui as pessoas não se interessam muito com a vida do município, pois não acreditam que nos o secretários possamos fazer algo por eles, quando são chamados a participar das reuniões, a recusa é total, caímos do descrédito".⁷²

Segundo De Brito, as tarefas confiadas a estas estruturas, a primeira dizia respeito à mobilização popular, isto é, a organização das reuniões com a população, ou com os trabalhadores nos locais de trabalho, para difundir a linha política do partido, e eventualmente as orientações do partido sobre uma questão precisa⁷³.

A falta de descrédito pode estar ligado ao problema de legitimidade e motivação dos munícipes em participar das reuniões, pois, os grupos dinamizadores são vistos segundo Chichava como fonte segura do trabalho partidário no seio das populações⁷⁴; e para Caetano a legitimidade de exercício resulta do desempenho da função de acordo com os fins para que ela tenha sido instituída; pode-se concluir que os cidadãos olham para as estruturas do bairro como o prolongamento do partido no poder, e estando em democracia, os cidadãos não são obrigados a participar dos encontros promovidos por estas estruturas⁷⁵.

Embora acha um certo descrédito em relação as estruturas ligadas ao poder instituído ao nível local especialmente aos secretários dos bairros; o relacionamento entre as autoridades comunitárias e os órgãos municipais pode ser considerado de positivo:

"(...)O nosso relacionamento é bom, pois que, quando há sessões somos chamados, somos auscultados antes de se tomar decisões, tem havido algumas fricções, pois alguns assuntos que nós levantamos muitas vezes leva tempo para serem resolvidas, o exemplo é do Mercado Belenense, onde o lixo fica amontado muito tempo e os vendedores mesmo que limpem as suas bancas, não têm um sítio próprio para deitar lixo, deitam em qualquer lugar e isso é mau, pois quando chega a chuva, traz sempre

⁷² Secretário do bairro da carrupeia - 06.04.02

⁷³ De Brito; 1991:

⁷⁴ Chichava; 1999:32

⁷⁵ Caetano; 1963:238

grandes problemas, é cólera, mosquitos e isso é prejudicial para a saúde das nossas famílias"⁷⁶

No MCN, a pesquisa confirma que a uma ligação entre as estruturas comunitárias e o Conselho Municipal, pois as autoridades comunitárias desempenham um papel fundamental na incentivação das pessoas a participarem da vida do município, pois nos encontros são transmitidos mensagens do município, tal como afirmou um líder religioso:

"(...) quando tenho encontros com as comunidades, transmitimos mensagens sobre o novo processo de autarcização, quais os deveres e direitos dos munícipes, a postura camarária, cuidados a ter com o lixo"⁷⁷.

6.6 Comunidade em geral

Para melhor captarmos as sensibilidades da comunidades, decidimos organizar grupos de discussão: Começamos no Mercado de Muatala, com um grupo de vendedores, o qual perguntamos qual era a receptividade dos órgãos municipais face ao problema do lixo, um vendedor deu o seu depoimento:

"A comunidade aqui está bem organizada, temos pessoas responsáveis pelas diferentes áreas, em função do tipo de produto há sempre um responsável, quando tivemos o incêndio do mercado, tivemos a pronta ajuda do município, com esta nossa organização, já não temos problemas de roubos, mas neste momento o único problema é do lixo, falta de água, o tractor de recolha de lixo já não passa há mais de um mês, e o lixo está a aumentar, podemos ter o mercado limpo, mas vamos deitar o lixo onde? O lugar onde se deita está super lotado, até já começou a invadir o mercado"⁷⁸

"O mercado está organizado, nós participamos da organização e gestão do mesmo, mas os problemas que existem é que nós não sabemos o que isso de Município, nós aqui

⁷⁶ Secretário adjunto do bairro de Namutequeliua - 08.04.02

⁷⁷ Ibraimo I., Líder religioso - Entrevista 09.04.02

⁷⁸ Orlando P. - vendedor do mercado de muatala - 11.04.02

*conhecíamos um pouco o Conselho Executivo, agora dizem que é Município, mas as pessoas que cobram taxas são as mesmas, porquê mudaram? nós não sabemos, só posso dizer que com o Município, foi erguido mais um pavilhão para vendermos, construíram casa de banho, mas não utilizamos porque não sai água e dizem que quem vai controlar é uma comissão de vendedores, como vai ser isso eu não sei."*⁷⁹

No que diz respeito a auscultação, os vendedores foram unânimes em afirmar:

*"os vereadores, os membros do AM tem feito visitas ao mercado, fazem promessas, estamos a espera de ver cumpridas estas promessas,"*⁸⁰

*"Falamos com o vereador para a área de salubridade, mostramos a nossa preocupação quanto ao problema do lixo e ele disse que o mais cedo possível mandaria para cá um tractor para tirar o lixo, mas como se pode ver até hoje o ele está a aumentar"*⁸¹.

A pesquisa pode constatar que o mercado apresenta uma organização impar, limpo, principalmente no interior do mercado. Mas no exterior o problema do lixo tem criado um certo descontentamento dos vendedores. Este descontentamento foi considerado como legítima por parte do pessoal que faz a fiscalização do mercado:

*"o problema levantado pelos vendedores por causa do lixo é legítima, pois está a atingir proporções alarmantes e está a frustrar a expectativa dos vendedores, mas o problema é que o Conselho Municipal não tem meios para remover o lixo à altura..."*⁸²

As comunidades não têm ainda um conhecimento das vantagens deste processo de municipalização, como pode ser constado pelos seguintes depoimentos:

"quando foi para construir os novos pavilhões, eu fui consultado, mais alguns outros vendedores, sobre o melhor local para construir, quer pavilhões como as casas de banho, participei na fiscalização das obras, mas a maioria dos vendedores disseram

⁷⁹ D. hiunguala. - vendedor do mercado de Muatala - 11.04.02

⁸⁰ C. Alface., Entrevista - 11.04.02

⁸¹ Idem.

⁸² E. Sabonete - fiscal de mercados - 06.04.02

que eu era da Frelimo, por isso estava a controlar as obras, portanto, eles desconhecem que somos chamados a assumir aquilo que é em nosso benefício...⁸³

" O relacionamento com as estruturas camarárias é normal, mas isso não basta, pois as promessas que eles fazem não as cumprem, por exemplo, temos as casas de banho novas, mas o problema de água ainda não foi resolvido, o lixo também é outro maior problema, dentro do mercado esta limpo, mas fora como pode ver esta cheio de lixo, como podemos acreditar nas palavras destas pessoas?⁸⁴

Para as comunidades em redor do Mercado da Faina, a situação presente é catastrófica: "Nesta zona não se faz sentir a presença do Conselho Municipal, só aparecem quando vêm cobrar as taxas de lixo, mas se formos andar um pouco vamos ver lixo em todo o lado, o mercado está desorganizado, a Policia é que manda por exemplo: se aparece o nosso pai ou primo do "campo"⁸⁵, não tem documentos, logo que é descoberto vai preso, vendemos aqui todos os dias mas somos exigidos documentos.

Quanto a limpeza das bancas, cada um limpa a sua, mas a outros que não limpas e se limpam deixam o lixo nos corredores e isso torna o mercado sujo, pagamos 10.000, MT por dia de impostos, e o mercado esta sujo, nas nossas casas nós enterramos o lixo porque sempre foi assim, cobram-nos taxa de lixo, mas qual lixo, se nós enterramos desde sempre nas nossas casas."⁸⁶

" Nós aqui não sabemos o que é isso de conselho municipal, nem sabemos quais são as diferenças entre Conselho Executivo e Conselho Municipal, aqui vieram em 1997 fazer campanha, mas as próprias pessoas que estavam a falar não transmitiram a mensagem, todas hora só musica, vamos votar, vamos votar, mas como votar, sempre prometem futuro melhor, estamos a passar mal, não temos comida, lixo, buracos, agora

⁸³ H. Mussa - vendedor do Mercado de Muatala - 11.04.02

⁸⁴ Idem.

⁸⁵ Campo - entendido como o lugar de proveniência, fora da cidade, um distrito

⁸⁶ A. Ernesto - morador e vendedor no Mercado Faina - 10.04.02

*município, mas afinal Nampula, já não é parte de Moçambique, vai ter outro Presidente, eu como a maioria não entendemos isso...*⁸⁷

*"(...), nós nem sempre somos chamados a resolver os nossos problemas, algumas vezes prometem que vão trabalhar com as estruturas dos bairros, mas aqui isso não acontece pois, o secretário não é visto como alguém que possa fazer algo pela comunidade, contudo quando necessitam de mobilizar as populações, aí sabem vir ter com o secretário do bairro, mesmo eu não tenho conhecimento deste processo, sempre acompanhei em conversas com amigos, rádio e jornais algumas vezes, mas não tenho muita informação que me permita transmitir as bases"*⁸⁸

Assim como a maioria dos munícipes, os jovens não tem um conhecimento sobre o processo de municipalização e suas vantagens na promoção do bem estar social:

*"A educação cívica que explicava estas reformas foi muito fraco, pois não abrangeu todo o município, algumas zonas não passaram, a língua utilizada muitas vezes dificultada o entendimento, (...) passamos a conhecer melhor a autarquia, quando temos problemas, pois já sabemos com quem falar, mas muitas vezes quando levantamos problemas, e' difícil ter soluções imediatas, ainda existe muita burocracia na tramitação das documentações, quanto a participação e tomada de decisões, é muito fraco, pois nos os jovens estamos a margem deste processo, as associações juvenis são muitas vezes conotados com o partido no poder, o que dificulta o relacionamento com as estruturas municipais."*⁸⁹

Para o grupo de mulheres entrevistadas, colocamos a questão da participação nas actividades do município, uma das entrevistadas disse: *"A comunidade esta bem organizada, temos a nossa chefe, participamos activamente nas realizações do Município, quando recebemos visitas, organizamos a recepção no aeroporto, e outras actividades."*⁹⁰

⁸⁷ Morador e vendedor do Mercado da Faina - 10.04.02

⁸⁸ Secretário do bairro de Murrapaniua - 13.04.02

⁸⁹ J. mata-bicho - 22 anos - estudante na Escola Secundaria; 11ª classe

⁹⁰ A. Juma - Entrevista - 03.04.02

"O relacionamento com o município é bom, pois somos sempre chamados a participar das cerimónias, das campanhas de educação cívica, portanto nós as mulheres participamos da vida do Município".⁹¹

O que constatamos no MCN, é uma situação em que as mulheres que participam, são aquelas que estão filiadas à Organização da Mulher Moçambicana (OMM), tal participação é restrita aos círculos da Frelimo, não sendo abrangente a toda a sociedade, por exemplo as mulheres da liga da Renamo, não participam nos eventos organizados pelo Município, por não reconhecerem as estruturas eleitas democraticamente.

6.7 Órgãos Municipais

Como ponto de partida aos entrevistados foi o de saber quais são os mecanismos utilizados para envolver as comunidades nas actividades do município, na auscultação, elaboração de planos de trabalho, código de postura camarária e taxas de lixo. De acordo com o vereador-adjunto para área de jardim e salubridade, o município ainda não desenvolveu mecanismos eficientes de auscultação dos munícipes:

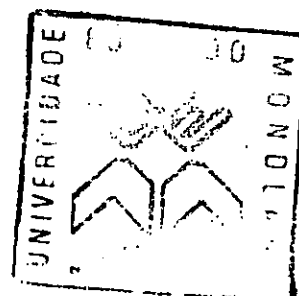
"não exista para este área ainda nenhum mecanismo de envolvimento comunitário, a auscultação que presenciei foi quando se discutiu a questão do plano de estrutura da cidade, foi necessário fazer consultas às comunidades, como meio de colher possíveis soluções, mas que foi um processo bastante complicado pois, os munícipes mostram-se inactivos face aos problemas que estão surgindo, a falta de consciência das vantagens da auscultação, contudo como é uma aprendizagem, com o tempo as pessoas vão ter conhecimentos das vantagens deste processo."⁹²

Mas para o Presidente da Assembleia Municipal o município tem já instituído mecanismos de auscultação das comunidades que se baseia no uso das estruturas comunitárias:

"Os mecanismos de auscultação que a Assembleia utiliza são, essencialmente, virados para a procura não só de soluções, como também à auscultarão das dificuldades dos

⁹¹ Idem.

⁹² Vereador adjunto para a área de salubridade e jardins - 08.04.02



municípios, (...) temos as comissões de trabalho (CT) em número de dez que correspondem ao número de vereações, isto para facilitar o trabalho dos membros da Assembleia, (...) quanto aos mecanismos utilizados, sempre procuramos envolver os chefes dos postos, secretários dos bairros, encontros com as populações, com líderes religiosos, quinze em quinze dias as comissões reúnem-se para analisar as situações encontradas, 3 em 3 meses a assembleia reúne-se, isto após visitas ao município, e após encontros com os municípios⁹³.

Na elaboração do plano de estrutura da cidade, as estruturas municipais procuraram criar espaços para o envolvimento de diferentes actores locais com vista a participar neste árduo trabalho. O objectivo era fazer com que este plano reflectisse a vontade dos munícipes e não fosse produto de um grupo de pessoas ligados ao poder:

*"foi um processo bastante árduo, pois era necessário primeiro formar equipas de trabalho, foi difícil porque não temos ainda pessoal com nível apropriado para este tipo de trabalho, foi necessário explicar aos líderes comunitários, secretários dos bairros do propósito da auscultação, como meio de facilitar o encontro com os munícipes, tivemos ajuda de alguma ONG's, começamos por promover sessões e discussões em grupo, onde traçamos as linhas de acção, e assim fomos para o plano de auscultação dos munícipes, foi um processo bastante complexo, pois os munícipes não habituados a consultas, mas no final foi um sucesso."*⁹⁴

Em relação aos mecanismos de relacionamento entre o município e as comunidades locais; o presidente do município afirmou que nos últimos tempos tem-se assistido uma certa melhoria⁹⁵:

"O cenário que se apresenta actualmente melhorou bastante, como exemplo, quando fizemos a primeira sessão da Assembleia Municipal, não tivemos a presença de nenhum munícipe, mais actualmente posso afirmar categoricamente que habitualmente temos uma participação de cerca de mais ou menos vinte munícipes nas sessões, isto em

⁹³ C. Mússage -Presidente da Assembleia Municipal, Nampula, 27.03.02

⁹⁴ Idem.

função da agenda, este número foi registado na última sessão da AM, tivemos algumas questões postas por eles, com isso podemos considerar que o relacionamento não é dos melhores que se desejaria, mais os munícipes já começaram a demonstrar interesse face a vida do município⁹⁶.

Para o presidente do município, os mecanismos que criam condições para envolver as comunidades, já esta previsto na Lei 9/96, mas a nível interno como executores, procuramos antes de implementar uma decisão, fazemos consultas as populações, de modo a envolver todos neste processo, mas em alguns casos é bastante difícil fazer este tipo de auscultações, pois da outra parte não recebemos muitas vezes, soluções, mais sim levantam outras questões que estão desenquadradas com o momento dificultado o propósito presente, contudo, quando são assuntos de interesse geral, fizemos sempre consultas, envolvemos os partidos políticos, ONG's, portanto toda a sociedade civil é chamada a dar o seu contributo.

Quanto ao nível de participação dos munícipes o presidente do município afirmou:

" as propostas são submetidas a Assembleia Municipal, a nível do conselho temos recebido também pedidos de esclarecimentos, reclamações, (...) os munícipes procuram por nós simplesmente quando têm problemas e dificuldades, fora disso não aproximam, (...) temos apoios dos secretários dos bairros, líderes réligiosos, posso dar exemplo do Sr. Issufo⁹⁷, temos ONG's que estão instaladas aqui na cidade que nos ajudam na resolução de alguns problemas⁹⁸.

Questionado sobre o nível de consciência da população em relação ao processo de municipalização o Presidente do Município respondeu:

"este processo ainda é muito novo, a percepção é gradual, não podemos exigir que as pessoas conheçam na totalidade o processo, a educação cívica não foi muito

⁹⁵ Esta visão de melhoria de relacionamento entre os munícipes e as estruturas municipais é muito frequente nas vozes dos que estão no poder. Para os munícipes ainda não existe uma melhoria assinalável de relacionamento.

⁹⁶ Idem.

⁹⁷ Líder religioso islâmico da Província de Nampula

⁹⁸ D. Cherewa., Presidente do Município de Nampula – Entrevista 29.03.02

abrangente, as pessoas que estavam a frente do processo não estavam preparadas para explicar as populações o cerne deste processo, mas passados já três anos o nível de consciência aumentou, mesmo as vantagens deste processo, os munícipes ainda não tem total conhecimento das vantagens, pois temos os mecanismos de auscultação, de consulta as populações, que deveriam ser aproveitados pelos munícipes para fazer chegar as suas preocupações, mas isto não acontece, pois elas estão muito distantes de nós...⁹⁹

O problema da educação cívica também é levantado por Roque no seu estudo sobre as eleições autárquicas. De acordo com Roque, as pessoas não foram esclarecidos sobre a essência do Município, e quando falamos das pessoas, falamos de toda, população civil, políticos, agentes económicos, religiosos¹⁰⁰.

⁹⁹ Idem.

¹⁰⁰ Roque; 1998.

7. A GESTÃO DE RESÍDUOS – o lixo

Segundo o PDM, no período do Conselho Executivo e segundo informações de trabalhadores antigos, o equipamento era constituído por três camiões compactadores, três camiões cisternas e seis camiões basculantes e o número e trabalhadores era suficiente para a limpeza da cidade.

O processo de recolha de lixo, era efectuado no período nocturno, ou para o caso das fabricas e hospitais, tinham um horário específico de recolha, os resíduos eram arrumados em recipientes em alguns sítios, e nesses locais não era permitido a construção de casa, *"esta disciplina facilitava uma boa gestão do lixo urbano"*, segundo um antigo trabalhador aposentado.

Actualmente, as autarquias locais têm a autonomia para elaborar, aprovar e executar planos de actividades orçamentais, tendo para tal de dispor de receitas cobradas no Município, ou através do Orçamento Geral do Estado, segundo a Lei 2/97.

A AMCN aprovou a postura sobre higiene e limpeza da cidade, também aprovou a taxa de saneamento, com vista a aumentar as receitas cobradas; todo este processo foi acompanhado de consultas envolvendo os diferentes actores sociais, porem este processo não foi abrangente:

"A consulta não foi abrangente, simplesmente foram consultados alguns notáveis da praça, auscultaram simplesmente munícipes de algumas zonas, por sinal na parte urbana da cidade, nas zonas suburbanas a consulta praticamente não ouve, simplesmente vimo-nos deparados com a taxa de lixo na factura de energia" ¹⁰¹

Para a vereadora Leonora a situação actual dos serviços é bastante complexa; o programa de colha de lixo está dividida em quatro fases, temos a parte urbana, bairros

¹⁰¹ A. Mussa., Líder comunitário – Entrevista 09.04.02

suburbanos, recolha do lixo industrial e a recolha do lixo hospitalar, só para ilucidar a parte urbana é composta de cinco zonas algumas atingem sete Km¹⁰².

Segundo o PDM de Nampula, a Direcção de Serviços Urbanos tem 148 trabalhadores, num total de 312 do município, dos quais 38 trabalham nos tractores e 60 são senhoras varredoras das ruas:

*" A maior parte dos trabalhadores foram herdados do conselho executivo, sendo maioritariamente constituído por pessoas com uma idade já avançada, o que dificulta muito o trabalho, pois não podemos exigir delas muito trabalho devido a própria idade".*¹⁰³

Em termos de veículos para o transporte de lixo, o município possui três veículos, sendo dois basculantes e sete tractores operacionais, o que segundo a vereadora, não é suficiente para recolher o lixo em todo o município.

*" no Bairro de Namicopo o tractor não passa a muito tempo, existem locais que nem sequer tem caminho para passar tractor, pois as casas estão muito juntas, mas somos cobrados a taxa de lixo?"*¹⁰⁴

Para o Presidente da Assembleia: *" o problema do lixo é complexo, as pessoas reclamam que cobramos a taxa de lixo mas não recolhemos nas suas casas, neste momento não temos meios suficientes, contamos receber alguns apoios, mas também não é só olhar para o município como a solução de todos os problemas, os próprios munícipes não tem a cultura de deitar o lixo nas horas indicadas pelo município, as pessoas não tratam o lixo em casa, há um problema de educação cívica das pessoas em relação ao tratamento do lixo nas residências."*

Para os bairros suburbanos o sentimento é de aflição, para o secretario do bairro de Napipine, *as pessoas questionam c porquê da taxa, se não recolhem o lixo, mesmo nas*

¹⁰² Leonora, S – Vereadora – Entrevista 04.04.02

¹⁰³ Idem.

¹⁰⁴ M. Cassamo residente no bairro de Namicopo – Entrevista 05.04.02

idades a situação melhorou, mas a semanas em que o lixo não é recolhido e esta fica a cheirar mal".

A um sentimento generalizado quanto o pagamento da taxa de lixo, pois os 10.000,00 MT cobrados, não correspondem ao trabalho efectuado, originando daí certa resistência quanto ao pagamento da taxa, aliado também como disse o PM *da falta de cultura de pagar impostos.*

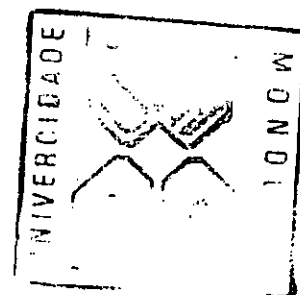
Podemos encontrar algumas explicações para estes problemas, primeiro o facto de o dinheiro não ser empregue directamente para o trabalho de recolha de lixo como sustentou o Sr. Soares *" muito dinheiro é cobrado, mas vai para o bolso de quem, se lixo não tiram", para o PMCN" há uma grande deficiência no nosso parque de viaturas, é necessário uma manutenção permanente, são custos, deficitário sistema de cobrança dos impostos, mesmos os impostos de mercado, muitos ficam por serem cobrados, temos que adoptar outros mecanismos de fiscalização, o pessoal que nós temos não é suficiente para proceder as cobranças e mesmo as comunidades não ajudam neste processo, pois elas não têm, cultura de pagar os impostos"*

Segundo o engenheiro Socre, neste momento os dados que existem mostram que são recolhidos cerca de cem m³ de lixo, mas ainda não houve um estudo recente da capacidade real de produção do lixo, e actualmente o período de recolha de lixo é das 5:30 às 17:30, tempo suficiente para os munícipes deitarem o lixo nos lugares já estabelecidos e neste momento não possuímos nenhum aterro sanitário, sendo usados dois locais para o depósito do lixo¹⁰⁵.

Da pesquisa pode-se constatar que os trabalhadores são na sua maioria idosos, os veículos clamam por uma manutenção, apresentando-se em estado de degradação, a falta dos aterros sanitários obriga a que o lixo esteja exposto ao ar livre, causando mau cheiro, agravado ao facto de, nas proximidades terem sido construídos casas.

¹⁰⁵ Vide Anexo II

Pelos dados colhidos empiricamente, pode-se constatar que existe um plano de recolha de lixo, mas este não está actualizado às situações reais do município, pois o mesmo não engloba as zonas Suburbanas do município.



8 CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

8.1 Conclusões gerais

A conclusão geral desta pesquisa é: A descentralização cria mecanismos de participação das comunidades no processo de gestão municipal, mas por falta de uma educação cívica com profundidade, os munícipes não tem conhecimento das obrigações e deveres previsto na legislação autárquica.

8.2 Conclusões específicas

Confirmamos a existência da fraca percepção das vantagens deste processo, pois a maior parte dos entrevistados mostram-se excluídos deste processo, não obstante os vereadores, os membros da Assembleia Municipal, fazerem auscultações às comunidades e procurarem um maior envolvimento delas.

Pode-se também constatar que há uma fraca legitimidade das estruturas eleitas, pois as promessas feitas na campanha eleitoral não estão a ser implementadas, como é o caso das promessas do candidato a presidência, do município e citado por Serra (1999). Governação, que se pretendia transparente e democrática, participativa e que propunha as populações como fonte de soluções locais para problemas locais.

As estruturas comunitárias (líderes religiosos, secretários dos bairros), participam nas actividades dos municípios, mais é uma participação para casos específicos, há um problema de legitimidade dos secretários dos bairros, o que os leva a um fraco envolvimento nas actividades dos municípios, a mesma conclusão é também chegada por Nobre (2001), nos seus estudos sobre o Município Cidade de Quelimane.

A campanha de educação cívica fôï bastante fraca, os munícipes não têm conhecimento da Lei 2/97, que cria as autarquias locais, devido em grande medida a fraca divulgação, Ivala in Serra, nas suas conclusões afirma que a educação cívica não teve alcance desejável, porque, embora tenha sido realizada nos períodos previstos, ela não foi

orientada para os grupos organizados para o efeito, tendo-se recorrido a locais de concentração habitual das pessoas, numa situação em que dificilmente haveria quem trocasse os seus afazeres pela atenção aos programas de educação cívica¹⁰⁶.

A Direcção dos Serviços Urbanos, apresenta um grande número e trabalhadores com idade avançada, herdada do antigo Conselho Executivo, uma massa operária praticamente inactiva; falta de viaturas em número suficiente para a recolha de lixo;

Falta de um plano adequado de recolha de lixo para as zonas suburbanas, não se verificando o mesmo para a zona urbana;

Falta de pessoal qualificado para as diferentes vereações;

Pouca participação da mulher neste processo, não obstante termos constatado a presença de mulheres a dirigir algumas vereações;

A nossa principal conclusão desta pesquisa é: o Município criou mecanismos de participação das comunidades na gestão do município, porém, o relacionamento entre as estruturas municipais e as comunidades é bastante fraco, pois estes mecanismos participativos não estão amplamente divulgados nas comunidades.

8.3 Recomendações

Maior envolvimento das comunidades na gestão municipal, passando pela campanha de educação cívica do que é um município e quais são dos direitos e deveres dos munícipes;

Maior auscultação as comunidades por parte do CT e AM, com vista a melhor colher os problemas dos munícipes e possíveis soluções;

¹⁰⁶ Serra; 1999: 63

Os órgãos municipais deverão criar um maior relacionamento com as autoridades comunitárias,(chefes dos bairros, líderes religiosos, líderes tradicionais) e da saúde, por causa das doenças que o lixo pode trazer;

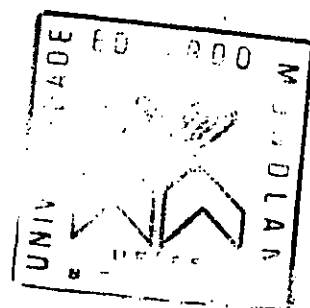
Para a Direcção dos Serviços Urbanos, reestruturação da mão-de-obra, com vista a dar maior dinamismo ao trabalho;

Maior divulgação das actividades do município nos órgão de comunicação social, principalmente as discussões e deliberações da assembleia;

Utilização com maior frequência da língua emakuwa nas campanhas de divulgação;

Campanhas de educação cívica mais longas;

Uso de cartazes e mensagens orais por causa do índice de analfabetismo;



9 Bibliografia

- Abrabhamsson, H; Nilson, A. (1998) Moçambique em transição, um estudo da história durante o período de 1974-1992. Maputo: CEGRAF, CEEI-ISRI
- Alves, A; Cossa, B. (1999) Guia das autarquias locais. República de Moçambique. MAE. Direcção Nacional da Administração Local. Projecto de Desenvolvimento e Democratização (PDD). Maputo GTZ..
- Banco Mundial (2000) Relatório sobre o desenvolvimento mundial 1999/2000, no limiar do século XXI: Descentralização: um novo conceito do Governo, capítulo V Washington. Oxford University
- BIROU, A. (1982) Dicionário de ciências sociais; Lisboa; Dom Quixote.
- Canas, V. (1998) Aspectos institucionais e legais do processo de descentralização – Quadro institucional das Municípios In: autarquias locais em Moçambique – Lisboa Maputo
- Blanchet, A. (1985) A pesquisa e seus métodos, Paris. Nathan
- Chichava, J. (1999) Participação comunitária e desenvolvimento: estudo de caso dos grupos dinamizadores em Moçambique. Maputo: INLD
- Cherewa, D; et al : (1996) Perfil ambiental – Cidade de Nampula
- CISTAC, G. (1996) O processo de descentralização em Moçambique. Seminário realizado na Beira e Nampula, de 24 a 29 de julho de 1996 pela Faculdade de Direito da UEM, Maputo; UEM
- De Brito, L (1991) Projecto a transição para a democracia nos PALOP. Maputo – Moçambique.
- Ferrarezi, E. (1997) Texto apresentado no IIº Congresso Internacional da CLAD e de Administração Pública. Venezuela.
- Friedman, J. (1996) Empowerment: Uma política de desenvolvimento alternativo; Celta Editora.
- Folha informativa dos 33 Municípios – MAE
- Macuane, J. (2000) Conferência Internacional sobre eleições autárquicas : Relatório final, Maputo.

- Ivala, A. (1998) Resultados da pesquisa na Província de Nampula – Campanha eleitoral nos Município de Angoche e Nampula; In Conferencia internacional sobre eleições autárquicas em Moçambique; Relatório final
- Manor, J. (1998) A promessa e as limitações da descentralização. (MAE) in Guambe, e Weimar (eds) Textos de discussão n. 6, Programa de reforma dos órgãos locais, MAE; Maputo.
- Massalila, A. B. “Administração local no Botswana” in Lundin, I, B, et Machava, Francisco, J. (1996). Descentralização e administração municipal. Fundação Friedrich erbert/MAE. Maputo. Moçambique
- Ministério da Administração Estatal (1998) Documento apresentado pelo MAE, remetido em 1992 ao Governo de Moçambique a Assembleia da Republica de Moçambique. In As autarquias locais em Moçambique : Antecedentes e regime jurídico, Maputo.
- Monteiro, J.O. (2000) Governação Democrática em Moçambique: Prioridade para a segunda geração 2002-2006. PNUD.
- Plano de desenvolvimento do Município de Nampula (2002-2003) Editor – CMCN – Março.
- Pretty J. et al (1995) A trainer’s guide for participatory learning and action, IIED. London.
- Quivy, R; et all (1992) Manual de investigação em ciências sociais - Lisboa
- Republica de Moçambique (1990) Constituição
- Republica de Moçambique(1998) Pacote Autárquico : Brochura I e II. Imprensa Nacional Maputo
- Roque, C. (1998) Eleições autárquicas em Moçambique; in Conferência Internacional sobre eleições autárquicas em Moçambique: relatório final; Ufics/UEM; Maputo
- Reddy, P. (1999) Local Government democratisation and decentralisation; Cape Town, Jura & Co.
- Serra, C. (1999) Eleitorado incapturável: Editor – Livraria Universitária – UEM – Maputo 1999.
- Soire, P. (1990) Moçambique: Aprender a caminhar com uma bengala? Ligações entre descentralização e alívio a pobreza. ECDPM/Documento de reflexão N- 13.

Valk, P et WEKWETE, K. H (1990) Decentralizing for participatory planning gown
publishing alderhot, Great Britain

Anexos

Guião de entrevistas

Para os órgãos municipais (Presidente do conselho municipal, Presidente da assembleia municipal, vereadores e membros da assembleia):

1. Identificar o entrevistado
2. Função e cargo que desempenha
3. Dados sobre a situação demográfica do município
4. Quais os mecanismos usados pelo município com vista a envolver a comunidade nas actividades do município
5. Que tipo de relação existe entre o município e as estruturas comunitárias
6. Quais têm sido as respostas do município face as propostas vindas das comunidades no sentido de melhorar a problemática do lixo
7. Qual é o nível de participação das comunidades no processo Tomada de decisão
8. Qual é o nível de consciência da população em relação ao processo de municipalização
9. Quais os obstáculos e constrangimentos identificados no relacionamento entre o órgãos municipais os líderes comunitários
10. O papel dos partidos políticos e organizações não governamentais no processo de tomada das decisões

Guião de entrevista para os líderes comunitários (Chefes tradicionais, secretários dos bairros, líderes religiosos) :

1. Identificação e função do entrevistado
2. Conhecimento do processo de municipalização e da participação comunitária
3. Quais os mecanismos utilizados para envolver as comunidades nas actividades do município
4. A que nível as comunidades participam no processo de tomada das decisões
5. Qual tem sido o entendimento e receptividade dos órgão municipais em relação as demandas das comunidades, particularmente com a problemática do lixo.
6. Como tem sido o relacionamento entre os líderes comunitários e as comunidades
7. Quais os obstáculos que se apresentam no relacionamento com os órgãos municipais
8. Qual é o nível de entendimento da comunidade em relação ao processo de municipalização
9. Quais em sua óptica as vantagens e desvantagens do processo
10. Propostas para melhorar a problemática do lixo

Guião de entrevista a comunidade em geral

1. Identificação do entrevistado
2. A que comunidade pertence
3. Conhecimento do processo de municipalização e a abertura à participação comunitária no processo de tomada das decisões
4. A sua comunidade participa das actividades do município e como participa
5. Qual o grau de entendimento entre as comunidades locais e os órgãos locais de poder
6. Os munícipes apresentam propostas com vista a melhorar a recolha do lixo
7. Estas propostas são aceites e em que medida pelos órgãos municipais
8. Qual é grau de participação dos Homens e Mulheres
9. Como tem sido o relacionamento com o município (Hostil, Favorável, ameno)
10. quais as dificuldades deste relacionamento
11. Proposta para melhorar a vida do município

Recolha de lixo;

A recolha de lixo se faz nas 5 zonas que se seguem:

- 1) - Zona Central; Com um itinerário de 8 km.
- 2) - Zona do Parque; Com um itinerário de 3 km
- 3) - Zona Escola Secundária; Com um itinerário de 4 km.
- 4) - Zona Muahivire/Limoeiros; Com um itinerário de 7 km.
- 5) - Zona Bombeiros/Rua das Flores; Com um itinerário de 3,5 km.

1 - Centro Urbano - - Recolha de lixo no centro urbano - base num programa de recolha por escala de trabalho

- Recolha de lixo usando os itinerários para garantir o controlo da eficiência de recolha.
 - Garantir a existência de contentores para a deposição de lixo, assim para facilitar a remoção.
- Remoção de lixo usando camiões compactadores para o controlo urbano depois que as vias estejam em condições
- Montar um sistema de fiscalização para garantir a correcta participação das cidadãs.

2 - Bairros suburbanos -

- Remoção de lixo nas zonas suburbanas usando tractores ou camiões basculantes devido ao estado das vias.

Porque o acesso é deficiente é necessário fazer a escolha de locais em cada bairro para funcionar como estações de transferência (locais onde o lixo estará depositado de forma provisória para depois ser transportado pelos tractores ou camiões.

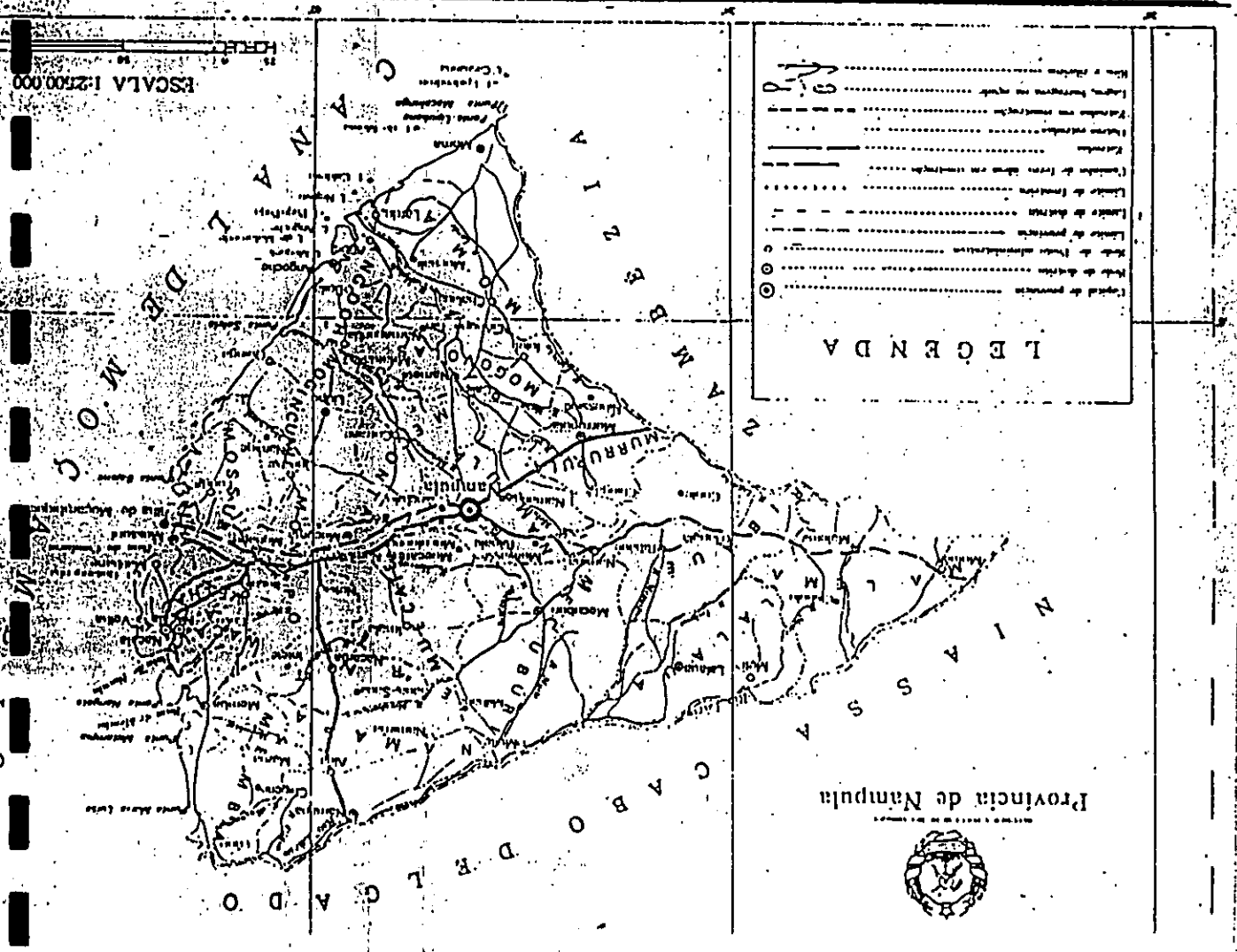
- A recolha será dirigida isto, quer dizer os tractores ou camiões sairão do parque directamente aos locais escolhidos para a deposição (estações de transferência, onde transportarão para o local de eliminação.

3 - Recolha industrial - Escolha de locais para a deposição de lixo na zona Industrial que será recolhido pelo Município.

- Para as indústrias que se localizam em zonas de forma dispersa, a recolha de lixo será por contratos e de forma dirigida.

4 - Recolha hospitalar - O lixo dos hospitais deverá ser recolhido pelo Município que depois será incinerado quando em funcionamento o incinerador, ou depositar na lixeira em locais bem identificados conforme o tipo de divisão da área da lixeira por categorias de lixo.

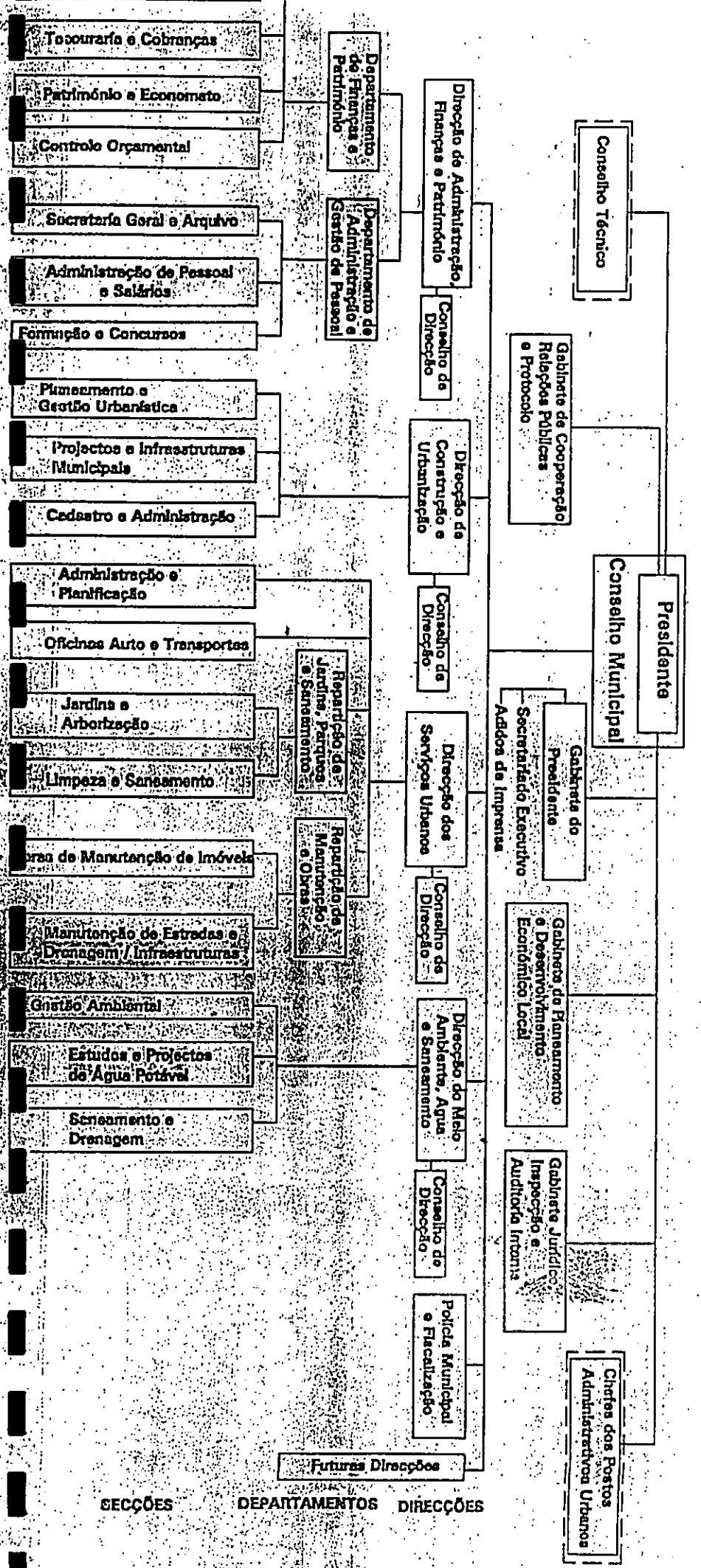
Fig. 2: Localização geográfica da Cidade de Nampula



1.1.1. Posição astronómica

Através do mapa da figura 1 pode-se observar que a Cidade de Nampula localiza-se, sensivelmente, no centro da provincia do mesmo nome de que é a capital. Ela situa-se no entroncamento da via férrea, com o eixo rodoviário Centro/Nordeste, entre 15° 01' 35" e 15° 13' 15" de latitude Sul e entre 39° 10' 00" e 39° 23' 28" de longitude Este.

CONSELHO MUNICIPAL DE NAMPULA ORGANIGRAMA



SECCÕES DEPARTAMENTOS DIRECÇÕES

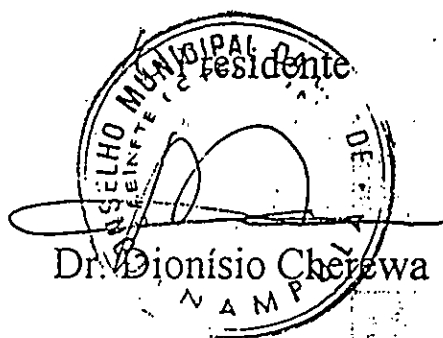


CONSELHO MUNICIPAL DE NAMPULA
GABINETE DO PRÉSIDENTE

EXORTAÇÃO

Por ocasião da celebração da passagem de mais um aniversário da morte do Primeiro Presidente da FRELIMO e Arquitecto da Unidade Nacional que se assinala amanhã dia 3 de Fevereiro, o Conselho Municipal exorta a todos os Municípes para participar num comíciõ que terá lugar na EP2 de Napipine cujo início está marcada para às 8H30

Nampula, 02 de Fevereiro de 2000


Dr. Dionísio Cherewa
NAMPULA

Lista de pessoas entrevistadas

- Alima, U. - Vendedora de mercado - Entrevista, 05.04.02
Moisés. I., - Múncipe - entrevista, 02.04.02
O chefe de dez casa da camionagem
Omar, j. - Múncipe - Entrevista, 09.04.02
E. Sabonete - Entrevista com fiscal do mercado da faina - 10.04.02
Augusto, F, Chefe do grupo de vendedores do mercado de Mutahuanha, Entrevista - 11.04.02
L. Soares., - Líder político de um partido da oposição, entrevista - 12.04.02
Ibraimo I., Líder religioso - Entrevista 09.04.02
Secretario do bairro de Napipine - entrevista - 06.04.02
Secretario do bairro da carrupeia - 06.04.02
Secretario adjunto do bairro de Namutequelua - 08.04.02
Orlando P. - vendedor do mercado de muhatala - 11.04.02
D. hiunguala. - vendedor do mercado de Muatala - 11.04.02
C. Alface., Entrevista - 11.04.02
H. Mussa - vendedor do Mercado de Muatala - 11.04.02
A. Ernesto - morador e vendedor no Mercado Faina - 10.04.02
H. Mussa - vendedor do Mercado de Muatala - 11.04.02
A. Ernesto - morador e vendedor no Mercado Faina - 10.04.02
Morador e vendedor do Mercado da Faina - 10.04.02
Secretario do bairro de Murrapaniua - 13.04.02
J. mata-bicho - 22 anos - estudante na Escola Secundaria; 11ª classe
A. Juma - Entrevista - 03.04.02
Vereador adjunto para a área de salubridade e jardins - 08.04.02
A. Mussa., Líder comunitário - Entrevista 09.04.02
Leonora, - Vereadora - Entrevista 04.04.02
M. Cassamo - residente no bairro de Namicopo - Entrevista 05.04.02
D. Cherewa - Presidente do Município de Nampula

